



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 001/2018
INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova, que contém, em suas páginas, 60 (sessenta) questões objetivas da Prova seletiva objetiva- 1º Etapa e 3(três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa. Confira o caderno, e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo sessenta questões da Prova seletiva objetiva - 1º Etapa e 3(três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, os quais **NÃO PODEM SER SUBSTITUÍDOS**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de desclassificação das respostas rasuradas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o gabarito preenchido e devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas e 30(trinta) minutos. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 15h do dia 17 de março de 2018.
10. O dia 19 de março de 2017, às 15h, é a data limite para o envio de recursos da prova Período para a interposição dos recursos à Prova seletiva objetiva- 1º Etapa. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
11. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 22 de março de 2018.
12. O período para a interposição de recursos a Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, vai de 09 a 11 de abril de 2018, às 12h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
13. Todos os recursos devem ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 17 de março de 2018



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III

Edital 001/2018

Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a única assertiva CORRETA no tocante ao uso da vírgula.

- a) O magistrado exarou despacho e, de pronto, a assessoria providenciou o encaminhamento dos autos ao setor competente para distribuição.
- b) O magistrado exarou despacho, e, de pronto, a assessoria providenciou o encaminhamento dos autos ao setor competente para distribuição.
- c) O magistrado exarou despacho, e de pronto a assessoria, providenciou o encaminhamento dos autos, ao setor competente para distribuição.
- d) O magistrado, exarou despacho e, de pronto, a assessoria, providenciou o encaminhamento dos autos ao setor competente para distribuição.

2. Assinale a única assertiva INCORRETA no tocante à vírgula.

- a) Quando anunciada a decisão, as mulheres presentes manifestaram-se, ainda que discretamente, acenando à magistrada.
- b) Após analisados os autos e com fundamento nas provas, a magistrada, já imbuída da segurança de julgar decidiu proferir seu voto.
- c) De forma intempestiva, mas certo de seu direito, o requerente protocolizou sua inicial no Fórum da Capital.
- d) Constatado o equívoco no voto, o magistrado, de pronto, requereu os autos para, em prazo exíguo, apresentar a devida correção.

3. De acordo com a nova ortografia da língua portuguesa, marque o único vocábulo acentuado CORRETAMENTE:

- a) Pôr (verbo).
- b) Pôr (preposição).
- c) Pôde (3ª pessoa do singular do presente do indicativo).
- d) Pode (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo).

4. Escolha a opção CORRETA de acordo com as novas regras ortográficas:

- a) Eles tem vários petições a ser protocolizados.
- b) Eles mantém o ritmo da escrita para a celeridade dos processos.
- c) Eles detém o poder de punir.
- d) Eles vêm para o tribunal do júri.

5. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas DE ACORDO com a nova ortografia:

- a) autoobservação / micro-ondas
- b) semi-interno / semihospitalar
- c) cooperação /coautor
- d) infra-axilar / infra-estrutura



TIPO 1

6. Assinale a alternativa em que o pronome está empregado de modo INCORRETO:

- a) O livro que lhe emprestei é excelente.
- b) Tudo se falou sobre a decisão do STF.
- c) São inúmeros os processos nos quais discute-se a autenticidade dos documentos.
- d) Em se tratando de questão sobre processo civil, o estudante deve ter conhecimento do novo Código.

7. Assinale a alternativa em consta a regra CORRETA de colocação pronominal:

- a) Expressões negativas atraem o pronome oblíquo, sendo caso de ênclise.
- b) Pronomes relativos atraem o pronome oblíquo, sendo caso de ênclise.
- c) Os advérbios seguidos de vírgula atraem o pronome, sendo caso de próclise.
- d) Pronomes demonstrativos atraem o pronome oblíquo, sendo caso de próclise.

8. Assinale a alternativa CORRETA no tocante ao uso dos porquês:

- a) É difícil encontrar respostas para todos os por quês.
- b) Eu não entendi o porque de sua tristeza.
- c) Não entendi ainda o porque de sua ausência.
- d) Eis por que resolvemos fazer a atualização dos materiais.

9. Quanto à colocação do acento marcador da crase, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Saiu as três horas.
- b) Ficarei lá de oito as nove horas.
- c) Ele voltará a uma hora da madrugada.
- d) A prova será realizada das sete as nove horas.

10. Assinale a frase CORRETA quanto à regência:

- a) Paulo informou-o dos gastos.
- b) A dívida atingiu ao montante de R\$20.000,00.
- c) Ninguém aspira esse ponto de almoxarife.
- d) Assistimos um lindo filme.

DIREITO CIVIL

11. Tendo em vista a classificação dos bens considerados em si mesmos, os bens jurídicos PODEM SER:

- a) Públicos e particulares.
- b) Móveis e imóveis.
- c) Principais e acessórios.
- d) Imóveis pela própria natureza, benfeitorias e pertenças.

12. Sobre o regime jurídico da evicção, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As partes podem convencionar a exclusão da responsabilidade por evicção.
- b) A cláusula que exclui a responsabilidade por evicção afasta, também, o direito de o evicto receber o preço que pagou pela coisa evicta.
- c) O evicto tem direito a receber a restituição integral do preço ou das quantias que pagou, afastando-se a indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir.
- d) A benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo adquirente.

**TIPO 1****13. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Os direitos de personalidade, no tocante à natureza jurídica, são exclusivamente intransmissíveis e irrenunciáveis.
- b) A disposição do próprio corpo em vida é vedada quando importar diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes, salvo exigência médica.
- c) O Código Civil, ao tratar dos direitos de personalidade, prevê um rol completo de suas espécies.
- d) À pessoa jurídica cujos fins não sejam econômicos não se aplica a proteção aos direitos da personalidade.

14. Quanto à proteção jurídica do nascituro, é CORRETO afirmar:

- a) Não podem ser objeto de reconhecimento voluntário de filiação.
- b) A proteção legal atinge ao próprio embrião.
- c) Os pais podem efetuar doação em seu benefício.
- d) De acordo com o STJ, não é possível a fixação de danos morais ao nascituro.

15. Relativamente ao negócio jurídico praticado sob coação:

- a) Pode ser equiparado ao negócio jurídico praticado sob temor reverencial.
- b) É anulável, convalidando-se pelo decurso do tempo e pode ser confirmado pela vontade das partes.
- c) É nulo e pode ser invalidado até quatro anos da celebração do negócio jurídico.
- d) É anulável e pode ser invalidado até dois anos da celebração do negócio jurídico.

16. Maria e José casaram-se em 2015 sob o regime da separação obrigatória de bens, tendo em vista que José, embora já divorciado, não havia resolvido as questões patrimoniais com sua ex-esposa. Nesse caso:

- a) Será possível a alteração do regime de bens através de escritura pública quando houver decisão judicial sobre os bens de José e da ex-esposa.
- b) Não será possível a alteração judicial do regime de bens imposto a Maria e José tendo em vista suas regras serem de ordem pública.
- c) É possível a alteração judicial do regime de bens após a sentença que determinar a partilha dos bens de José e da ex-esposa.
- d) O Código Civil não admite a alteração do regime de bens após o casamento.

17. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) No casamento nupucativo é indispensável que a autoridade encarregada de celebrá-lo designe, previamente, a requerimento escrito dos contraentes e mediante a apresentação de certidão de habilitação, passada pelo oficial do registro, dia, hora e lugar da realização do ato, sem o que ocorrerá nulidade.
- b) O prazo de dois anos para sanar-se a nulidade relativa do casamento contraído perante autoridade incompetente só se aplica aos casos em que a nulidade se refere à incompetência *ratione loci* ou *ratione personarum*; nunca aos casos de incompetência em razão da matéria.
- c) Do mesmo modo que a esquizofrenia e a impotência *coeundi*, a impotência *generandi* ou conceptiva constitui causa para a anulação do casamento.
- d) O casamento por procuração pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento particular, com poderes especiais.

18. Sobre o direito sucessório, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas em testamento cerrado o testador pode reconhecer filho havido fora do casamento.



TIPO 1

- b) A lei que rege a sucessão é a lei que vigora ao tempo da abertura do inventário.
- c) Se o herdeiro prejudicar os seus credores renunciando à herança, poderão eles aceitá-la em nome do renunciante, desde que para tanto concorde o Ministério Público.
- d) A legítima é calculada sobre o valor dos bens existentes na abertura da sucessão, abatidas as dívidas e as despesas do funeral, adicionando-se, em seguida, o valor dos bens sujeitos a colação.

19. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O terceiro não interessado pode pagar a dívida pelo devedor.
- b) O credor pode rejeitar a prestação diversa da estipulada, ainda que mais valiosa, se o fizer justificadamente.
- c) Considera-se autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, salvo se as circunstâncias contrariarem a presunção daí resultante.
- d) É lícito convencionar-se o aumento progressivo de prestações sucessivas.

20.O pagamento realizado ciente pelo devedor ao credor incapaz de quitar:

- a) Não será válido, em qualquer hipótese.
- b) Será válido, em qualquer hipótese, se devidamente testemunhado por pessoa capaz.
- c) Será válido, se o devedor provar que ele foi efetivamente revertido em benefício do credor.
- d) Será válido, porque o credor incapaz de quitar se equipara ao credor putativo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. O CPC adotou a teoria da asserção. Assinale a alternativa que CORRESPONDE a essa teoria:

- a) Desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485.
- b) Após proferida, a decisão saneadora se torna estável.
- c) O processo é pautado pelo princípio da colaboração entre as partes e o órgão jurisdicional.
- d) as nulidades processuais somente serão reconhecidas mediante a comprovação do efetivo prejuízo.

22. A fase instrutória, nas ações de conhecimento que tramitam pelo procedimento comum, se presta, primordialmente, para a produção das provas e a efetivação do convencimento do magistrado. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A fase instrutória é precedida pela decisão saneadora, através da qual o magistrado deverá delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos, dentre outros atos.
- b) A fase instrutória é precedida diretamente pela fase postulatória, sem qualquer ato formal que as individualize ou separe no procedimento.
- c) Não existe uma fase instrutória no procedimento comum, já que, no CPC, todo o procedimento se presta para a produção das provas, em respeito ao princípio constitucional da ampla defesa.
- d) A fase instrutória é precedida pelo despacho saneador, que não poderá ter conteúdo decisório por se tratar de elemento formal do procedimento.

23. Fulano propõe um pedido cautelar em caráter antecedente em face de Beltrano, requerendo o protesto contra alienação de bens em face da existência de um contrato particular de cessão onerosa de direitos hereditários relativos a um automóvel de coleção. Considerando o caso em tela, assinale a alternativa CORRETA:



TIPO 1

- a) Concedida a tutela pelo magistrado, se Beltrano não interpuser o respectivo recurso, esta se estabilizará.
- b) O magistrado poderá conceder tal tutela se a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- c) O protesto contra alienação de bens não é medida tipicamente cautelar, motivo pelo qual deverá ser indeferido de plano pelo magistrado.
- d) Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 5 (cinco) dias.

24. Assinale a assertiva que complete a frase: não se considerará fundamentada qualquer decisão que:

- a) for embasada exclusivamente em súmula vinculante, identificando os seus fundamentos determinantes e demonstrando que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.
- b) não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo.
- c) deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.
- d) for proferida sem o respeito ao contraditório e à ampla defesa.

25. Nas ações movidas em face da Fazenda Pública, existe a peculiaridade da indisponibilidade do direito público posto em causa. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nessas ações, jamais será admitido qualquer tipo de acordo ou transação.
- b) Nessas ações, a Fazenda Pública é obrigada a recorrer da sentença.
- c) Nessas ações, a remessa à revisão da sentença será dispensada quando tal decisão estiver fundada em súmula de tribunal superior.
- d) Nessas ações poderá haver acordo, seja qual for a matéria, desde que o valor da causa não ultrapasse 60 salários mínimos.

26. Nas execuções, o CPC prevê uma série de atos executivos típicos. Isso não impede, porém, o exercício da atividade criativa do magistrado, que poderá praticar atos executivos atípicos consoante a necessidade do processo. Assinale a alternativa que CORRESPONDE ao ato executivo típico, ou previsto expressamente na norma processual.

- a) Suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do executado.
- b) Inscrição do nome do executado junto aos órgãos de proteção ao crédito.
- c) Suspensão do Passaporte do executado.
- d) Bloqueio dos cartões de crédito do executado.

27. Sobre a execução provisória, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Aplica-se às astreintes fixadas em tutela provisória, tendo por requisito a prestação de caução pelo exequente.
- b) O cumprimento provisório da sentença somente será admitido quando a sentença houver sido impugnada mediante recurso ao qual fora atribuído efeito suspensivo.
- c) A caução deverá ser dispensada quando o crédito em execução for de natureza alimentar.
- d) Se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato não será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.

28. Sobre a ação de consignação em pagamento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente é cabível quando houver mora do credor em obrigação de pagar quantia certa.



TIPO 1

- b) É vedado ao réu, na contestação, alegar de forma genérica que o depósito não é integral.
- c) O depósito da quantia deverá ser feito necessariamente em conta judicial, em até cinco dias do deferimento da inicial.
- d) A consignação em pagamento, no CPC de 2015, deixou de ser procedimento especial de jurisdição contenciosa.

29. Fulano propõe demanda judicial em face de Beltrano e tem seu pedido julgado totalmente procedente. Na sentença, o magistrado condena Beltrano a pagar a Fulano a importância de R\$20.000,00 a título de danos morais, e R\$50.000,00 a título de danos materiais. A decisão que condenou ao pagamento dos danos morais foi antecipada e parcial de mérito, enquanto a decisão que condenou ao pagamento dos danos materiais encerrou a fase de conhecimento do processo em primeiro grau de jurisdição.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se Beltrano não interpuser agravo de instrumento da decisão que julgou os danos morais, poderá impugná-la em preliminar de apelação.
- b) Se Beltrano não interpuser agravo de instrumento da decisão que julgou os danos morais, ela transitará em julgado, e ele poderá propor ação rescisória mesmo antes do trânsito em julgado da decisão que julgar os danos materiais.
- c) Mesmo que tenha por objeto apenas a invalidação da decisão que julgou os danos morais, o prazo para a propositura da ação rescisória será de 2 anos contados do trânsito em julgado da decisão que julgou os danos materiais.
- d) Ambas as decisões devem ser impugnadas mediante recurso de apelação.

30. Sobre os embargos de declaração, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não se prestam para a correção de erro material.
- b) Jamais poderão ter como consequência o efeito infringente.
- c) Jamais estarão sujeitos ao contraditório.
- d) Deverão ser julgados pelo juiz no prazo de 5 dias.

DIREITO PENAL

31. Assinale a assertiva INCORRETA, de acordo com o ordenamento jurídico-legal brasileiro, sobre o crime de roubo:

- a) Roubo próprio é aquele em que o agente, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra a pessoa ou grave ameaça a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.
- b) O sujeito passivo pode ser qualquer pessoa, mas sendo crime que tem tutelados vários objetos jurídicos, nada impede o surgimento de dois ou mais ofendidos, como ocorre, por exemplo, com aquele que sofre violência e o outro que tem o bem subtraído durante a ação criminosa.
- c) Os objetos jurídicos tutelados são o patrimônio (posse e propriedade), a vida, a integridade física, a saúde e a liberdade pessoal, daí ser considerado crime complexo em que são conjugados emprego de violência ou ameaça e a subtração patrimonial.
- d) O roubo difere do furto qualificado pelo rompimento de obstáculo porque neste a violência é exercida contra a coisa, naquele, contra a pessoa. Em outras palavras, roubo nada mais é que um furto cometido com violência ou grave ameaça contra a pessoa.

32. Assinale a assertiva CORRETA, em relação ao crime de homicídio:

- a) É crime unissubjetivo, pois não exige um número mínimo de praticantes. Admite o concurso eventual de agentes tanto na coautoria quanto na participação.

**TIPO 1**

- b) O homicídio está previsto no artigo 121 do Código Penal, e é a eliminação (injusta, ilícita) da vida intra ou extrauterina.
- c) Qualquer pessoa pode praticar homicídio. Trata-se de crime próprio que não demanda nenhum atributo especial do sujeito ativo.
- d) O homicídio é crime comum, unissubjetivo, material, de forma livre, comissivo (em regra) ou omissivo impróprio (comissivo por omissão), permanente, de dano, progressivo, plurissubsistente (em regra) e unissubsistente e simples.

33. Sobre o crime de furto, segundo o ordenamento jurídico-normativo brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- a) Furto é a subtração de algo móvel pertencente a outra pessoa para si ou para outrem. Caracteriza-se pela ação de tirar de outra pessoa algo móvel que lhe pertença, sem a sua permissão, com o objetivo de domínio definitivo do bem.
- b) A pessoa jurídica não pode ser sujeito passivo do crime de furto.
- c) As coisas sem dono (res nullius), abandonadas e declaradas sem valor econômico (res derelicta) e as coisas comuns (ar, por exemplo) não podem ser objeto de furto.
- d) O crime se consuma no momento da inversão da posse, ou seja, no momento após a arrebatção, no qual o objeto material sai da esfera de guarda e vigilância do proprietário ou possuidor e passa para a do sujeito ativo do crime.

34. Analise as afirmações abaixo:

I - Estelionato é um crime que possui como objetivo atingir o patrimônio de alguém a partir de enganação, golpes, fraudes e outros meios. A intenção principal do autor dessa infração é enganar para conseguir atingir o patrimônio da vítima.

II - A diferença entre furto e apropriação indébita é bastante clara: no furto, a coisa alheia móvel é subtraída, ou seja, a res não está com o agente ativo, diferente da apropriação indébita em que o agente ativo já possui a posse ou detenção da coisa.

III - O crime de dano tutela patrimônio alheio (móvel ou imóvel), é comum e pode ser praticado por qualquer pessoa. Admitem-se tanto na forma comissiva quanto na omissiva.

Assinale a opção CORRETA:

- a) As assertivas I e II estão corretas.
- b) As assertivas I e III estão corretas.
- c) As assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

35. Analise as afirmações abaixo:

I. No crime de roubo, o comportamento da vítima é imprescindível, pois ela deve entregar a coisa ao agente. Sendo assim, o apoderamento do objeto material depende da conduta da vítima.

II. O crime de extorsão mediante sequestro se trata de crime permanente, persistindo a consumação enquanto houver a privação da liberdade do refém.

III. Em relação ao crime de estelionato, o pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.

Assinale a opção CORRETA:

- a) As assertivas II e III estão corretas.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.



TIPO 1

36. No que se refere ao crime de estupro, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I - Qualquer sujeito, homem ou mulher, pode ser sujeito ativo do crime de estupro.

II - Somente a mulher pode ser vítima do crime de estupro.

III - O crime de estupro de vulnerável (art. 217, A) se trata de crime hediondo, o que não ocorre com o crime de estupro comum (art. 213 do CP).

- a) Apenas a assertiva II está correta.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

37. Assinale a assertiva INCORRETA:

- a) Nos crimes complexos, há a pluralidade de bens jurídicos tutelados, o que não ocorre nos crimes simples, que protegem um único bem.
- b) O crime material só se consuma com a produção do resultado naturalístico, como a morte no homicídio.
- c) No crime de mera conduta o resultado naturalístico não só não precisa ocorrer para a consumação do delito, como ele é mesmo impossível.
- d) Os crimes plurissubjetivos são aqueles que podem ser praticados por apenas um sujeito, entretanto, admite-se a co-autoria e a participação.

38. Sobre os crimes de corrupção ativa e passiva, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o particular oferece e o funcionário público não recebe a vantagem indevida – somente o particular responderá pelo crime de corrupção passiva.
- b) Se o particular oferece e o funcionário público recebe a vantagem indevida – ambos responderão criminalmente pelo crime de corrupção passiva.
- c) Se o funcionário público solicitar vantagem indevida – somente ele responderá pelo delito de corrupção passiva, sendo que, em hipótese alguma, o particular que ceder a vantagem responderá por crime.
- d) Se o particular promete vantagem indevida e o funcionário público a aceita – ambos responderão criminalmente pelo delito de corrupção ativa.

39. Sobre os crimes funcionais, é CORRETO afirmar:

- a) O objeto material do crime de peculato é o dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, não podendo haver peculato sobre bem imóvel.
- b) No peculato de uso, o funcionário público concorre culposamente para que outrem cometa o crime.
- c) O funcionário público que usa bem público infungível para fins particulares e o devolve posteriormente, responde pelo crime de peculato de uso, conforme o Código Penal brasileiro.
- d) O tipo penal previsto no art. 315 do CP (Emprego Irregular de Rendas ou Verbas Públicas) prevê a criminalização da conduta daquele que dá às verbas públicas finalidade ou destino diferente daquele que lhe é estabelecido em lei, com o uso dessas verbas para proveito próprio.

40. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) As penas restritivas de direitos são dotadas da característica da substitutividade, pois, primeiramente, o juiz fixa a pena privativa de liberdade, e depois, na mesma sentença, a substitui pela pena restritiva de direitos.
- b) As penas restritivas de direitos podem ser cumuladas com as penas privativas de liberdade, pois são penas acessórias.



TIPO 1

- c) A pena de prestação pecuniária se trata de sanção penal que impõe ao condenado a obrigação de pagar ao Fundo Penitenciário uma quantia em dinheiro, calculada na forma de dias-multa.
- d) É possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos pela prática de qualquer crime, desde que a pena aplicada não seja superior a 4 (quatro) anos e o apenado não seja reincidente em crime doloso.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Em atenção aos princípios processuais penais, indique a alternativa que NÃO pode ser tida como verdadeira:

- a) Segundo o estado de inocência, não pode ser autorizada qualquer medida em desfavor do indiciado ou acusado que possa cercear sua liberdade ou qualquer direito individual antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- b) A busca da verdade real autoriza que o magistrado possa, em determinados casos, determinar a produção de prova que entender pertinente para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- c) O princípio *favor rei* rege a interpretação, determinando que, em caso de divergência de entendimento, deve ser acatado aquele que mais favorece o réu.
- d) O princípio da obrigatoriedade é típico da ação penal pública incondicionada, sendo antagônico ao da oportunidade, que vigora em relação à ação penal privada.

42. Considerando as características que envolvem o inquérito policial, bem como as disposições aplicáveis da lei processual penal, aponte a assertiva FALSA:

- a) Apesar do Código de Processo Penal falar na possibilidade de incomunicabilidade do preso por até três dias, tal norma não foi recepcionada pela Constituição Federal atual.
- b) Sendo evidente a inexistência de delito ou ter sido o fato cometido sob excludente de ilicitude, poderá a autoridade policial arquivar os autos do respectivo inquérito.
- c) Sempre que a ação penal tiver como base o inquérito policial, este deverá acompanhar a denúncia ou a queixa.
- d) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado podem requerer diligências no inquérito, todavia estas serão realizadas, ou não, a critério da autoridade policial.

43. Relativamente à ação penal privada, seus princípios e características, aponte a alternativa que não pode ser considerada CORRETA dentre as abaixo elencadas:

- a) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
- b) O querelante pode renunciar à ação, desistir desta após ajuizada, assim como oferecer perdão, incidindo ainda a preempção durante o curso da ação penal.
- c) É admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, sendo denominada de ação penal privada subsidiária da pública.
- d) O perdão somente pode ser aceito pelo próprio querelado, pessoalmente, e não por procurador.

44. Tendo em conta o procedimento sumaríssimo previsto na Lei dos Juizados Especiais, é CORRETO aduzir:

- a) É cabível a citação por edital, realizada nos mesmos moldes do procedimento ordinário.
- b) A suspensão condicional do processo tem cabimento não apenas nos delitos de menor potencial ofensivo, mas também em todos delitos afetos ao procedimento sumário.
- c) A transação penal é realizada antes de ser oferecida a ação penal, e tem cabimento apenas nos delitos de menor potencial ofensivo.
- d) A composição dos danos civis, caso homologada, não importa na renúncia ao direito de



TIPO 1

queixa ou representação.

45. Dentre os sujeitos processuais destaca-se o assistente da acusação, cuja atuação é bem peculiar no processo penal. Indique a proposição que deve ser considerada INCORRETA:

- a) Pode ingressar nesta condição apenas durante o curso da ação penal e antes do trânsito em julgado.
- b) Somente será admitido no feito após manifestação do Ministério Público a respeito.
- c) Embora tenha grande limitação para recorrer de forma autônoma, poderá propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas, participar do debate oral e arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público.
- d) Ingressando no feito, poderá postular a reedição dos atos dos quais não participou antes de sua admissão.

46. O tratamento legal da prisão preventiva sofreu grandes alterações nos últimos anos, sendo a medida cautelar mais emblemática do processo penal. Nos termos da legislação processual penal, aponte a assertiva EQUIVOCADA sobre o tema:

- a) Pode ser decretada em face do descumprimento de medidas cautelares alternativas à prisão anteriormente impostas.
- b) Cabe sua substituição por prisão domiciliar em casos especiais, como por exemplo quando o agente for maior de 80 (oitenta) anos ou seja mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.
- c) Pode ser decretada, diante da gravidade do fato, mesmo se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato sob o pálio de uma excludente de ilicitude.
- d) Somente deve ser decretada se não se revelarem suficientes e adequadas as medidas cautelares alternativas à prisão.

47. Quanto ao procedimento comum ordinário regulado no Código de Processo Penal, aponte a alternativa que apresenta ERRONIA:

- a) O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença, sendo assim aplicado o princípio processual da identidade física do juiz.
- b) Suas disposições serão aplicadas subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo.
- c) Será adotado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- d) Oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

48. Ainda em relação ao procedimento comum regulado no Código de Processo Penal, marque a única alternativa que pode ser tida como VERDADEIRA:

- a) Não poderá o juiz rejeitar a queixa ou denúncia antes da resposta à acusação com fundamento na ausência de justa causa para o exercício da ação penal.
- b) Se o acusado, citado por edital, não comparecer e tampouco constituir advogado, deverá o juiz nomear defensor para apresentar resposta e também marcar audiência de instrução para colheita das provas consideradas urgentes.
- c) O processo será suspenso se o acusado, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- d) Se o acusado, devidamente citado, não apresentar resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias e tampouco constituir defensor, o juiz então nomeará defensor para apresentar a resposta,



TIPO 1

concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.

49. O Código de Processo Penal dedica vários dispositivos às nulidades. Aponte abaixo a assertiva que NÃO encontra amparo na legislação em comento:

- a) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte somente poderá ser sanada se alegada antes do início da instrução do feito.
- b) Não há nulidade sem que o ato tenha causado prejuízo a uma das partes.
- c) Nenhuma parte pode alegar um prejuízo que tenha sido causado por sua responsabilidade, tampouco se a formalidade supostamente violada for apenas de interesse da parte contrária.
- d) A nulidade de um ato importa somente na nulidade dos demais atos que sejam dependentes ou consequentes daquele.

50. Considerando os recursos no processo penal e as regras que os regem, indique a assertiva que apresenta ERRONIA:

- a) Havendo concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus somente poderá beneficiar a este.
- b) Tem como regra a voluntariedade, devendo o juiz “interpor de ofício” em raríssimos casos.
- c) O Ministério Público, tendo interposto recurso, dele nunca poderá desistir.
- d) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, desde que também não seja caso de erro grosseiro e tenha sido interposto no prazo do recurso cabível.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Em relação ao Poder Judiciário é CORRETO afirmar que:

- a) A promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.
- b) Na apuração de antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de três quintos de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação,
- c) É obrigatória a promoção do juiz que figure por duas vezes consecutivas em lista de merecimento.
- d) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros.

52. Em relação as medidas provisórias é CORRETO afirmar:

- a) Conforme jurisprudência consolidada pelo STF, os conceitos de relevância e urgência devem ter um controle preponderantemente judicial e não político.
- b) Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
- c) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- d) É possível a edição de medida provisória de matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

**53. Em relação aos direitos fundamentais é CORRETO afirmar que:**

- a) conforme posição da jurisprudência brasileira os direitos fundamentais são aplicáveis nas relações entre o Estado e os indivíduos, mas não produzem efeitos nas relações entre particulares.
- b) Conforme entendimento jurisprudencial do STF, os estrangeiros não-residentes estão excluídos do exercício de direitos fundamentais no Brasil.
- c) O princípio da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais, previsto na CF/88, é aplicável apenas aos direitos fundamentais previstos no art. 5º. da Constituição.
- d) A liberdade profissional, prevista no art. 5º. da CF/88, ao permitir que lei estabeleça qualificações para o exercício de uma profissão, configura uma restrição indireta ao direito fundamental.

54. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

- a) que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à metade das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- b) quando o decretar a Justiça Federal, nos casos previstos na Constituição.
- c) que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.
- d) investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.

55. Sobre a intervenção federal é CORRETO afirmar:

- a) O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
- b) A intervenção, como quebra temporária da autonomia, sempre ocorrerá no poder Executivo.
- c) A figura do interventor é obrigatória em casos de intervenção da União nos Estados-Membros.
- d) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos só voltarão a estes com autorização judicial.

56. Sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental(ADPF) é CORRETO afirmar:

- a) A ADPF será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público ou de Particulares.
- b) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) A decisão terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais



TIPO 1

órgãos do Poder Judiciário.

57. Com base na classificação das normas constitucionais formulada por José Afonso da Silva, e com grande utilização pela jurisprudência dos Tribunais brasileiros, a norma prevista no art. 5º, inciso XVII, que diz é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar” é classificada como:

- a) norma de eficácia limitada de princípio programático.
- b) norma de eficácia limitada de princípio institutivo.
- c) norma de eficácia contida.
- d) norma de eficácia plena.

58. Sobre o Poder Executivo é CORRETO afirmar:

- a) Compete privativamente ao Presidente da República nomear e exonerar os Ministros de Estado, salvo oposição do Poder Legislativo.
- b) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga.
- c) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- d) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

59. Sobre a previsão da ordem econômica na CF/88, é CORRETO afirmar:

- a) A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da empresa privada, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços públicos.
- b) A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- c) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e privado.
- d) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, exclusivamente, a prestação de serviços públicos.

60. Um dos princípios das relações internacionais de República Federativa do Brasil é:

- a) Pluralismo político.
- b) Liberdade.
- c) Cidadania.
- d) Prevalência dos direitos humanos.



TIPO 1

PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Editais 001/2018
Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Quando se trata de Regência Verbal, faz-se referência ao fato de o verbo vir ou não seguido de preposição. Deve-se lembrar ainda de que há diversas significações que um verbo pode assumir, com a mudança e a retirada de uma preposição. Faça a correção das justificativas e dos exemplos apresentados. Reescreva nos espaços destinados à resposta:

- a) O verbo RECORRER, no sentido jurídico, significa **apelar, interpor recurso judicial**. Sendo assim, o verbo é utilizado **sem preposição**.
Ex.: O réu encontra-se legalmente preso, não lhe cabendo por isso **recorrer** **decisão** em liberdade.

- Correção da Justificativa e do exemplo, caso seja pertinente:

- b) O verbo PERDOAR **pede preposição** no sentido de **perdoar por atos da pessoa**, pois é **verbo é transitivo indireto**.
Ex.: Os jurados **perdoaram ao** crime do réu.

- Correção da Justificativa e do exemplo, caso seja pertinente:



TIPO 1

DIREITO

2. Os crimes de roubo (art. 157 do Código Penal) e extorsão (art. 158 do Código Penal) são crimes patrimoniais que envolvem violência ou grave ameaça. Nas suas formas simples, o legislador ordinário cominou para ambos a mesma pena. São muito parecidos e, por muitas vezes, não é tarefa fácil diferenciá-los. Assim, indique claramente qual (ou quais) a(s) diferença(s) entre os crimes de roubo e extorsão, em, no máximo, 10 (dez) linhas.

DIREITO

3. A Lei n. 9.504/97 estabelece que o filiado a partido político que pretende ser candidato a cargo eletivo precisa ser escolhido em convenção partidária, a ser realizada no período de 20 de julho a 05 de agosto do ano da eleição. Diante desse contexto é possível um cidadão ser candidato sem ser escolhido em convenção partidária? Em que situações? Fundamente sua resposta.
